

3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO RESERVADA DOS NOMES DAS PERSONALIDADES INDICADAS QUE SERÃO AGRACIADAS COM A MEDALHA DO MÉRITO JUDICIÁRIO DES. JOAQUIM NUNES MACHADO, NOS SEUS DIVERSOS GRAUS (ART. 478, DO REGIMENTO INTERNO DESTA TRIBUNAL);

4. DISCUSSÃO E APRECIÇÃO DO PROJETO Nº 011/2019-TP - LEI COMPLEMENTAR QUE ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 100, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2007 – CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA – PARA TRANSFORMAR AS ATUAIS 1ª E 2ª VARAS DE EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS EM 35ª E 36ª VARAS CÍVEIS DA COMARCA DA CAPITAL . DE INICIATIVAS DOS EXCELENTÍSSIMOS DESEMBARGADORES JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA, ROBERTO DA SILVA MAIA , FERNANDO EDUARDO DE MIRANDA FERREIRA, CARLOS FREDERICO GONÇALVES DE MORAES, EDUARDO AUGUSTO PAURÁ PERES E FRANCISCO JOSÉ DOS ANJOS BANDEIRA DE MELLO.

RELATOR: EXMO. DES. JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES

5. OUTROS ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS.

Recife, 20 de maio de 2021.

DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

PRESIDENTE

Tribunal de Justiça

Estado de Pernambuco

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA TJPE Nº 06/2021, DE 19 DE MAIO DE 2021

Ementa: Disciplina o arquivamento e posterior migração dos processos de execução fiscal em tramitação nas Varas da Fazenda Pública da Comarca de Paulista no Sistema Judwin 1º Grau para o Sistema PJe 1º Grau.

Os Excelentíssimos Senhores Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Desembargador FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS, e o Corregedor Geral de Justiça, Desembargador LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIREDO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e:

CONSIDERANDO que, por imperativo constitucional e legal, o Estado assegurará a todos, no âmbito judicial, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação (art. 5º, LXXVIII, da CF, e arts. 4º e 6º da Lei nº 13.105/2015 – Código de Processo Civil);

CONSIDERANDO os princípios insculpidos no art. 37 da Constituição Federal, que pautam a atuação da administração pública, em especial o da eficiência;

CONSIDERANDO que o uso do meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais foi admitido e disciplinado pela Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006;

CONSIDERANDO que o Processo Judicial Eletrônico-PJe, sistema de tramitação de processos judiciais desenvolvido sob a coordenação do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, com a colaboração de diversos tribunais brasileiros, tem potencialidade para ser utilizado em todos os procedimentos judiciais;

CONSIDERANDO que a Resolução CNJ nº 185, de 18 de dezembro de 2013, instituiu o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como o sistema informatizado de tramitação e acompanhamento processual no âmbito do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CNJ nº 194, de 26 de maio de 2014, que instituiu a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição;

CONSIDERANDO que, enquanto não encerrados os processos físicos atualmente em tramitação, as unidades judiciais atuarão simultaneamente tanto em processos físicos quanto em feitos eletrônicos em tramitação, situação que impede o aproveitamento máximo dos benefícios do Processo Judicial Eletrônico;

CONSIDERANDO que a unificação dos processos em tramitação na plataforma PJe é providência que contribuirá significativamente para: (i) tornar os autos disponíveis simultânea e permanentemente para todos os sujeitos do processo (ii) eliminar inúmeras tarefas manuais (v.g.

juntadas, numeração de folhas, protocolamento para fins de vista, etc.); (iii) eliminar problemas com transporte e extravio de autos, (iv) unificar procedimentos internos, (v) racionalizar e economizar os recursos orçamentários, (vi) disponibilizar espaços físicos de armazenamento e ampliar espaços de trabalho, (vii) agilizar o atendimento às partes e advogados; e para (viii) facilitar a localização dos autos (ix) adoção de automações de rotinas e (x) aplicação de Inteligência Artificial na atividade fim;

CONSIDERANDO as exitosas experiências de migração de processos físicos para o Sistema PJe em vários tribunais do país;

CONSIDERANDO que, malgrado a Jurisprudência do STJ e do CNJ tenha se firmado no sentido de que o Poder Judiciário não pode atribuir às partes a obrigação de digitalizar os processos físicos (STJ: REsp 1448424/RS e REsp 1369433/SC. CNJ: 002696-09.2018.2.00.0000), nada impede que se lhes conceda a faculdade de apresentar mídia física removível de armazenamento com cópias digitalizadas de processos físicos, em formato PDF, para o fim de requerer a antecipação da conversão da sua tramitação em eletrônica, assegurada a conferência do arquivo, a indexação das peças processuais e o seu protocolamento eletrônico de forma padronizada pelo próprio Poder Judiciário, bem assim a intimação das partes para manifestarem concordância quanto à cópia digital;

CONSIDERANDO que no Ofício nº 248/2021 – PGM – PROCURADORIA FISCAL. encaminhado à Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco, com cópia para a Presidência do Comitê Gestor do Programa de Governança Diferenciada para os Executivos Fiscais, e para a Vara da Fazenda Pública da Comarca de Paulista, o Município de Paulista, por sua Procuradora-Chefe da Fazenda Municipal, manifestou interesse e disponibilidade em promover a digitalização dos executivos fiscais físicos em tramitação na Vara da Fazenda Pública, em que efetivamente haja probabilidade de recuperação do crédito público;

CONSIDERANDO o diagnóstico presente nos relatórios “Justiça em Números” do Conselho Nacional de Justiça que vem destacando anualmente o impacto negativo gerado pela fase de execução nos dados de litigiosidade do Poder Judiciário brasileiro, que acumula alto volume processual e alta taxa de congestionamento;

CONSIDERANDO que a taxa de congestionamento integra, na categoria litigiosidade, o rol dos indicadores mensurados pelo Sistema de Estatística do Poder Judiciário, instituído pela Resolução CNJ nº 4/2005 e regulamentado pela Resolução CNJ nº 76/2009;

CONSIDERANDO que a implantação da Estratégia Diferenciada para Execuções Fiscais é iniciativa do Plano Estratégico do TJPE para o período 2016-2022, publicado por meio da Resolução nº 384, de 17 de maio de 2016;

CONSIDERANDO o sucesso da idêntica iniciativa adotada no âmbito da Vara dos Executivos Fiscais Municipais da Capital (VEFM), conforme Instrução Normativa Conjunta TJPE nº 04/2020, de 19 de março de 2020, publicada no DJE nº 52/2020, oportunidade em que se promoveu arquivamento de mais de 220 mil processos de execução fiscal;

CONSIDERANDO que, a despeito da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Paulista ter encerrado o exercício de 2020 com uma taxa de congestionamento de 92,03% e 91,99%, respectivamente, segundo dados extraídos do relatório TJPEMETAS em 10.05.2021, ainda possui aproximadamente 42.164 (quarenta e dois mil, cento e sessenta e quatro) execuções fiscais tramitando em meio físico, segundo dados extraídos do relatório SICOR – SISTEMA DA CORREGEDORIA, em 11.05.2021;

CONSIDERANDO que, por força do disposto no artigo 1º da Instrução Normativa TJPE nº 10/2016, o ingresso de casos novos de execução fiscal, a partir de 2 de maio de 2016, só pode ser feito pelo Pje e, portanto, os processos físicos remanescentes da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Paulista remonta a exercícios anteriores a 2016;

CONSIDERANDO, por fim, que os executivos fiscais físicos em tramitação na Vara da Fazenda Pública da Comarca de Paulista estão há mais de 7 (sete) anos aguardando localização do devedor, de bens ou outra providência necessária à regular marcha processual, com pouquíssima probabilidade de êxito na recuperação do crédito público;

RESOLVEM:

Art. 1º Autorizar o arquivamento de todos os processos físicos da classe execução fiscal (cód. 1116) em tramitação na Vara da Fazenda Pública da Comarca de Paulista de forma a possibilitar a sua digitalização e migração para o Processo Judicial Eletrônico.

Parágrafo Único: Deverão ser excluídos do arquivamento definitivo tão somente:

I - Os processos de execução fiscal físicos que tenham por dependência embargos à execução físicos ou eletrônicos em apenso ou tenham exceção de pré-executividade pendente de julgamento;

II - Os processos de execução fiscal que tenham petição de apelação e/ou movimento de remessa ao TJPE;

III - Os processos de execução fiscal que tenham pedido Bacenjud, Renajud, penhora, constrição judicial, leilão ou arrematação, pendentes de apreciação/efetivação;

Art. 2º Os processos ajuizados em meio físico serão convertidos para o eletrônico, por meio da migração dos processos autuados no Sistema Judwin 1º Grau para o Sistema PJe 1º Grau, observando-se as disposições da Instrução Normativa Conjunta 01/2020 e do Manual de Migração disponibilizado na seção "Manuais e Orientações" do portal do PJe do Tribunal de Justiça de Pernambuco, acessível em <https://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/> e Publicada no Dje em 23.01.2020.

Art. 3º Por solicitação expressa de quaisquer das partes, serão desarquivados para posterior migração, os processos físicos em tramitação no Judwin 1º Grau para o Sistema PJe 1º Grau, fornecendo o interessado cópia digitalizada integral e sequencial de todas as folhas dos autos físicos, e de feitos apensos, quando houver, em arquivo único em formato PDF, legível, nomeado com o NPU do processo e armazenado em mídia física removível (v.g. pendrive, HD Externo, CD/DVD).

§1º Recebido o arquivo, incumbirá à Secretaria da Vara:

I - conferir a cópia digital com os autos físicos;

II - indexar as peças processuais e dividir o arquivo conforme a indexação, observando o limite de tamanho permitido pelo Sistema PJe 1º Grau (3MB) e o disposto no §6º;

III - conferir classe, assunto e partes cadastrados no Judwin 1º grau, fazendo eventuais correções e observando, quanto às partes, a obrigatoriedade de inclusão de CPF/CNPJ e endereço com CEP;

IV - solucionar eventuais pendências do processo no Sistema Judwin 1º Grau, tais como juntada de petições, documentos, mandados, correspondências, avisos de recebimento e expedientes em geral;

V - incluir no Judwin 1º grau o movimento indicativo de que o processo está apto para importação pelo sistema PJe 1º Grau (Movimento Judwin 1º Grau Código 295 - "Apto para importação - PJE");

VI - importar o processo no Sistema PJe 1º Grau, indicando, caso necessário, classe e assunto(s) válidos no PJe;

VII - indicar no Sistema PJe, por meio de marcação de campos específicos, se o processo encontra-se concluso para sentença ou suspenso, se tramita com prioridade legal ou em segredo de justiça e se há processos apensos, hipótese em que deverá associá-los no Sistema PJe 1º Grau;

VIII - conferir os dados cadastrais do processo, fazendo eventuais retificações que se façam necessárias, vincular o órgão do Ministério Público e/ou da Defensoria Pública ou Procuradoria, quando for o caso, e habilitar os advogados nos autos, salvo aqueles não cadastrados no Sistema PJe 1º Grau, hipótese em que deverá observar o disposto no §2º;

IX - incluir nos autos eletrônicos certidão com o seguinte teor: "Certifico, para os fins de direito, que, nesta data, importei para o Sistema PJe 1º Grau o NPU e demais dados cadastrais do processo físico acima referenciado, anexando aos autos eletrônicos, após digitalização e indexação, a integralidade das peças processuais respectivas, nos termos da Instrução Normativa TJPE 01, de 22 de janeiro de 2020";

X - anexar ao processo importado a integralidade das peças processuais dos autos físicos, já digitalizadas e indexadas, observando a rigorosa ordem cronológica, e a eventual existência de documentos sigilosos;

XI - intimar, por publicação no DJe, independentemente de determinação judicial (ato ordinatório), as partes, por seus advogados ou defensores públicos, dando-lhe(s) ciência de que o processo prosseguirá em meio eletrônico, bem como para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, manifestarem-se quanto a eventual inexistência relativa à cópia digital dos autos físicos ou ao próprio procedimento de importação;

XII - após o decurso do prazo, efetuadas as retificações apontadas pelas partes ou não havendo nada a retificar, realizar a validação da migração no Sistema PJe, anexando, tanto aos autos eletrônicos quanto aos físicos, certidão de conversão de tramitação do meio físico para o eletrônico com o seguinte teor: "Certifico, para os fins de direito, que, a partir desta data, o presente processo passará a tramitar exclusivamente por meio eletrônico, no Sistema PJe 1º Grau, nos termos da Instrução Normativa TJPE 01, de 22 de janeiro de 2020".

§2º A intimação da parte executada a que se refere o inciso XI somente será necessária quando existente ato citatório válido ou comparecimento espontâneo no processo, ficando dispensada nas demais hipóteses;

§3º Dispensada a intimação do MP na fase do inciso XI, vez que sua participação nos processos de execução fiscal é desnecessária, pois conforme entendimento consolidado na doutrina e jurisprudência dos tribunais, a defesa do erário federal, estadual e municipal pertence aos seus procuradores respectivos. (Súmula 189, STJ: "É desnecessária a intervenção do Ministério Público nas execuções fiscais").

§4º Na hipótese em que alguma das partes esteja representada por advogado(s) não cadastrado(s) no Sistema PJe 1º Grau, a Secretaria da Vara intima-lo-á, por meio de publicação no DJe, dando-lhe(s) ciência de que o processo prosseguirá em meio eletrônico, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, providencie(m) o cadastramento;

§5º Até a validação da migração a que se refere o inciso XII do §1º, eventuais pedidos de urgência serão apreciados nos autos eletrônicos, competindo à Secretaria da Vara o cumprimento das decisões respectivas.

§6º Lançada a certidão referida no inciso XII do §1º, caberá à Secretaria da Vara o cumprimento dos atos processuais relativos ao feito cuja tramitação foi convertida para o meio eletrônico.

§7º Finalizada com sucesso a importação do processo pelo sistema PJe 1º Grau, a informação será incluída de forma automatizada no Judwin 1º grau (Movimento Judwin 1º Grau Código 296 – "Processo importado para o PJE").

§8º A cópia digitalizada abrangerá a integralidade dos autos físicos, com observância da ordem sequencial de todas as folhas, e, quando da indexação, serão identificadas obrigatoriamente as seguintes peças processuais:

I - petição inicial;

II – Certidão de Dívida Ativa (CDA);

III – procurações, substabelecimentos e atos constitutivos;

IV – citações e intimações;

V- exceção de pré-executividade.

VI – impugnações e outras petições;

VII - atas de audiências;

VIII- laudo de avaliação;

IX-manifestação das partes sobre avaliação;

X - documentos apresentados pelas partes devidamente classificados;

XI - ofícios expedidos e recebidos;

XII – acórdãos e decisões de 2º Grau;

XIII - guias de depósitos;

XIV – certidões e carimbos de juntada;

XV – despachos, decisões e sentenças lançados nos autos.

§9º A importação do NPU e dados cadastrais do processo físico para o Sistema PJe 1º Grau estará disponível para os servidores aos quais for concedida habilitação no perfil "Importador Processo Judwin", mediante indicação do Juiz ou Chefe de Secretaria da Vara, a ser encaminhada por meio de abertura de chamado na Central de Serviços da Secretaria de Tecnologia e Comunicação – Setic.

§10 A solicitação de habilitação do servidor no perfil "Importador Processo Judwin" será formulada por meio de abertura de chamado junto à Central de Serviços da Setic, pelo Juiz ou Chefe de Secretaria da Unidade, devendo o servidor indicado ser habilitado a importar apenas os processos físicos em tramitação;

§11 Protocolado o requerimento de antecipação da migração e apresentada a cópia digitalizada pela parte nos termos do caput, o processo continuará tramitando fisicamente até a sua efetiva importação para o Sistema PJe 1º Grau, cabendo à Secretaria da Vara a digitalização das folhas que venham ser acrescentadas aos autos após a apresentação da mídia pela parte.

Art. 4º Após a importação do processo físico para o Sistema PJe 1º Grau, com a inclusão, no Sistema Judwin 1º grau, do movimento Código 296 – "Processo importado para o PJE", é vedado o protocolamento de petições e documentos em meio físico.

§1º As petições e documentos apresentados em meio físico após a importação do processo para o Sistema PJe 1º Grau não serão recebidas pelo Setor de Protocolo.

§ 2º Excepcionalmente, no caso de comprovada urgência, para evitar perecimento de direito, a Secretaria da Vara, devidamente autorizada pelo juiz, poderá receber petições e documentos em meio físico, devendo providenciar a digitalização e inserção no Sistema PJe 1º Grau, nos termos do disposto no art. 25 da Instrução Normativa TJPE 03, de 01 de fevereiro de 2018, publicada no Diário de Justiça Eletrônico – DJe de 02 de fevereiro de 2018.

§3º Após a digitalização de que trata o caput, proceder-se-á na forma disposta nos §§1º a 6º do art. 3º e no art. 4º desta Instrução.

Art. 5º Devolvidos pelo Tribunal de Justiça à Vara processos físicos, a Secretaria intimará as partes, cientificando-as de que eventuais requerimentos de cumprimento de sentença deverão observar o disposto na Instrução Normativa TJPE 13/2016 (DJe 27/05/2016), e, em seguida, arquivará o feito.

Parágrafo único. Na hipótese de anulação da sentença, após o retorno dos autos físicos à primeira instância, a Secretaria da Vara providenciará a sua migração do Sistema Judwin 1º Grau para o Sistema PJe 1º Grau, observando o disposto nesta Instrução Normativa.

Art.6º Os casos omissos de ordem jurisdicional serão decididos pelo juiz responsável pela condução do processo, e os de ordem técnica, resolvidos pela Presidência após parecer do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico - CGPJE/PE do 1º Grau.

Art.7º Na hipótese de existência nos autos físicos de documento(s) cuja digitalização seja tecnicamente inviável em razão do formato ou de eventual ilegalidade, nos termos do art. 20 da Instrução Normativa TJPE 03/2018, indicando as folhas em que se encontram, caso em que os autos físicos permanecerão na secretaria da vara até o trânsito em julgado.

§1º Caso o juiz não reconheça a inviabilidade de digitalização do(s) documento(s), concederá prazo de 15 (quinze) dias para a parte apresentá-lo(s) digitalizados no formato previsto no art. 2º.

§2º A eventual existência nos autos físicos de documento(s) cuja digitalização tenha sido considerada tecnicamente inviável será certificada pela secretaria nos autos eletrônicos.

Art.8º Durante os primeiros seis meses de vigência da presente instrução normativa, as petições e documentos apresentados em meio físico no último dia de prazo em curso, quando relativos a processos já importados para o Sistema PJe 1º Grau, serão recebidos em meio físico pela Secretaria da vara respectiva, que providenciará a sua digitalização e inserção nos autos eletrônicos.

Art.9º Esta instrução normativa entra em vigor após a sua publicação.

Publique-se.

Desembargador **FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS**

Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

Desembargador **LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIREDO**

Corregedor-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça de Pernambuco

O EXCELENTÍSSIMO DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, EXAROU NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES – SEI, EM DATA(S) DE 20.05.2021, O(S) SEGUINTE(S) DESPACHO(S):

E-mail (Processo SEI nº 00017321-20.2021.8.17.8017) – **Exmo. Des. Fernando Martins** – ref. conversão: “Defiro a conversão e férias, como requerido.”

E-mail (Processo SEI nº 00017030-20.2021.8.17.8017) – **Exmo. Des. Jorge Américo Pereira de Lira** – ref. conversão: “Defiro férias e conversão para o mês da escala.”

Ofício - 1190753 - OUVIDORIA JUDICIARIA (Processo SEI nº 00016882-48.2021.8.17.8017) – **Exmo. Des. Francisco Eduardo Sertório Canto** – ref. encaminhamento de Relatório Quadrimestral de Atividades da Ouvidoria Geral , referente aos meses de janeiro a abril de 2021: “Dê-se conhecimento ao Órgão Especial e ao Conselho da Magistratura.”

Requerimento (Processo SEI nº 00016878-54.2021.8.17.8017) – **Exma. Dra. Sílvia Virginia Figueiredo de Amorim Batista** – ref. férias e conversão: “Defiro o pedido.”

E-mail (Processo SEI nº 00015594-40.2021.8.17.8017) – **Exmo. Dr. José Claudionor da Silva Filho** – ref. reassunção de exercício, após gozo de férias: “Ciente. Arquite-se.”

Ofício - 1193407 - ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDENCIA (Processo SEI nº 00017149-84.2021.8.17.8017) – **Exmo. Dr. Frederico de Moraes Tompson** – ref. férias: “Defiro por necessidade de serviço da Administração do TJPE.”

Requerimento (Processo SEI nº 00016905-62.2021.8.17.8017) – **Exmo. Dr. José Alberto de Barros Freitas Filho** – ref. férias: “Defiro na forma requerida.”

Requerimento (Processo SEI nº 00016995-24.2021.8.17.8017) – **Exmo. Dr. Luciano de Castro Campos** – ref. conversão: “Defiro as férias e conversão para o mês da escala.”

Requerimento (Processo SEI nº 00015168-97.2021.8.17.8017) – **Exmo. Dr. Lauro Pedro dos Santos Neto** – ref. férias: “Defiro as férias com conversão para o mês de escala.”

Requerimento (Processo SEI nº 00016739-20.2021.8.17.8017) – **Exmo. Dr. Álvaro Mariano da Penha** – ref. licença médica: “Anote-se a licença médica por 05 (cinco) dias, no período de 16 a 20/05/2021, nos termos do atestado anexo. Ao NCFM.”

Requerimento (Processo SEI nº 00016893-80.2021.8.17.8017) – **Exma. Dra. Anna Regina L. Robalinho de Barros** – ref. licença médica: “Anote-se a licença médica requerida, por 7 (sete) dias, no período de 17 a 23/05/2021, nos termos do atestado anexo. Ao NCFM.”

Requerimento (Processo SEI nº 00016910-06.2021.8.17.8017) – **Exmo. Dr. Fábio Corrêa Barbosa** – ref. férias: “Indefiro o adiamento de férias de escala, sem motivação relevante.”

Ofício - 1189437 - GOIANA - VARA REGIONAL DA INFANCIA E JUVENTUDE DA 5ª CIRCUNSCRICAO JUDICIARIA (Processo SEI nº 00016737-23.2021.8.17.8017) – **Exmo. Dr. Tito Livio Araújo Monteiro** – ref. conversão: “Defiro as férias e a conversão para o mês da escala.”

Requerimento (Processo SEI nº 00016691-92.2021.8.17.8017) – **Exma. Dra. Tainá Lima Prado** – ref. conversão: “Defiro as férias e a conversão para o mês da escala.”

Recife, 20 de maio de 2021.